

Planejamento Estratégico do CNJ – 2021/2026

Relatório de Acompanhamento da Estratégia

**Secretaria de Estratégia e Projetos
Departamento de Gestão Estratégica**

Presidente: Ministro Luiz Edson Fachin
Coorregedor Nacional de Justiça: Ministro Mauro Campbell Marques

Conselheiros: Ministro Guilherme Caputo Bastos
José Rotondano
Mônica Nobre
Alexandre Teixeira
Renata Gil
Daniela Madeira
Guilherme Guimarães Feliciano
Silvio Amorim Junior
João Paulo Santos Schoucair
Marcelo Terto
Ulisses Rabaneda
Daiane Nogueira de Lira
Rodrigo Badaró

Secretária-Geral: Clara da Mota Santos Pimenta Alves
Secretário de Estratégica e Projetos: Paulo Marcos de Farias
Diretor-Geral: Bruno César de Oliveira Lopes

Secretaria de Estratégia e Projetos

Secretário: Paulo Marcos de Farias

Departamento de Gestão Estratégica

Juízes coordenadores: Fábio César dos Santos Oliveira e Maurício Cavallazzi Povoas

Diretora: Fabiana Andrade Gomes e Silva

Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ: Adilson Medeiros da Silva

Chefe da Seção de Planejamento Institucional: Neuma Christina Lopes Nunes

Servidora da Seção de Planejamento Institucional: Valéria Sousa de Freitas

Novembro 2025
Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Relatório de Acompanhamento da Estratégia

Este relatório tem por finalidade apresentar análise dos resultados dos indicadores de desempenho, metas e projetos institucionais das unidades do CNJ atualizados até **31 de outubro de 2025**.

Os resultados individualizados e detalhados dos indicadores, projetos e objetivos estratégicos estão disponíveis no painel de acompanhamento da estratégia, acessíveis pelos links:

- 1) Intranet: https://www.cnj.jus.br/intranet/areas_institucionais/areas-institucionais/planejamento-gestao-estrategica/planejamento-estrategico-2021-2026/
- 2) Portal: <https://www.cnj.jus.br/gestao-estrategica-e-planejamento/planejamento-estrategico-do-cnj-2021-2026/>

Neste documento, além da análise dos resultados, somente serão apresentadas as notas relevantes para possibilitar melhor entendimento acerca dos indicadores e dos projetos institucionais.

Sumário












Análise do desempenho da estratégia do CNJ.....	4
1. Método de apuração dos resultados.....	4
2. Resultados dos Objetivos Estratégicos	6
3. Resultado consolidado dos Indicadores de Desempenho.....	7
4. Resultado consolidado dos Projetos Institucionais	8
5. Considerações sobre os resultados.....	9
ANEXO I	13
Informações adicionais sobre os indicadores	13
ANEXO II	17
Relação entre Objetivos Estratégicos e Projetos Institucionais.....	17

Análise do desempenho da estratégia do CNJ






A sistemática de acompanhamento da Estratégia prevê que, além das RAEs (Reuniões de Análise da Estratégia) realizadas quadrimestralmente, serão realizadas medições bimestrais para acompanhamento dos resultados.

1. Método de apuração dos resultados

a. Faróis dos objetivos (método de apuração)

Critérios de desempenho dos objetivos estratégicos		
Pontuação de indicadores e projetos	Média dos pontos	
	Resultado	Cor
 3 pontos	2,51 a 3,00	
 3 pontos (só para projetos)		
 2 pontos	1,51 a 2,50	
 1 ponto	0 a 1,50	
 0 ponto	Não mensurado	
 Não contabiliza (só para indicadores)	Fora de medição	

b. Faróis dos indicadores (método de apuração)

Critérios de desempenho dos indicadores	
	Maior ou igual a 90% de alcance da meta
	Maior ou igual a 60% e menor que 90%
	Menor que 60% de alcance da meta
	Fora do período de mensuração
	Não mensurado

c. Faróis dos projetos institucionais (método de apuração)

Essa metodologia foi alterada em 2024 pelo Escritório Corporativo de Projetos Institucionais-ECP e adotado no Planejamento Estratégico Institucional para manter a compatibilidade entre as duas áreas.

Critérios de desempenho dos projetos institucionais	
Concluído	
Desempenho (realizado/expectativa) maior ou igual a 95%	
Desempenho (realizado/expectativa) maior ou igual a 85% e menor que 95%	
Desempenho (realizado/expectativa) menor que 85% ou data de término anterior à data de avaliação	

2. Resultados dos Objetivos Estratégicos

MAPA ESTRATÉGICO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

2021—
—2026

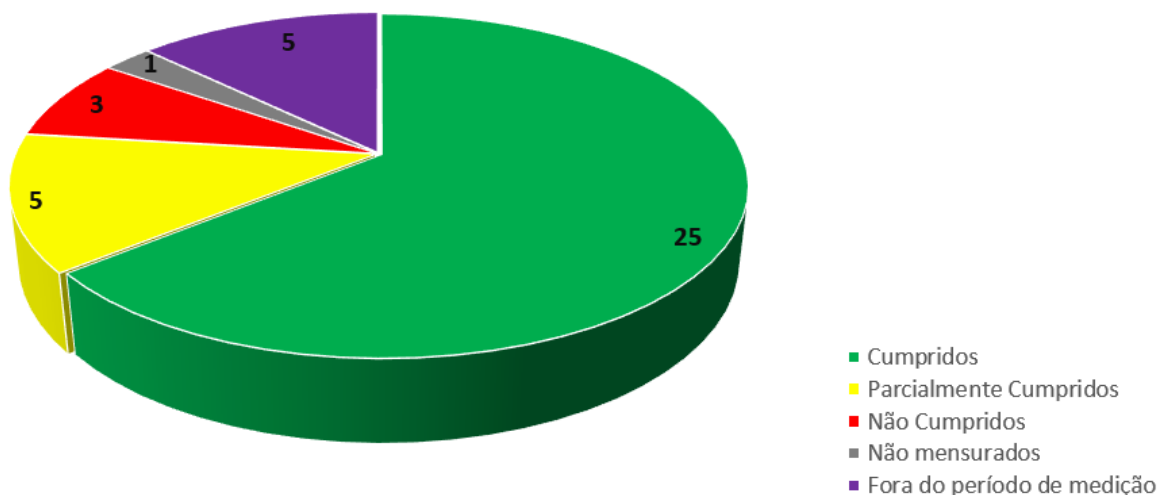


Legenda:

●	Atingido
●	Parcialmente Atingido
●	Não atingido
●	Fora do período de mensuração

3. Resultado consolidado dos Indicadores de Desempenho

Panorama Geral dos Indicadores Estratégicos
Outubro 2025

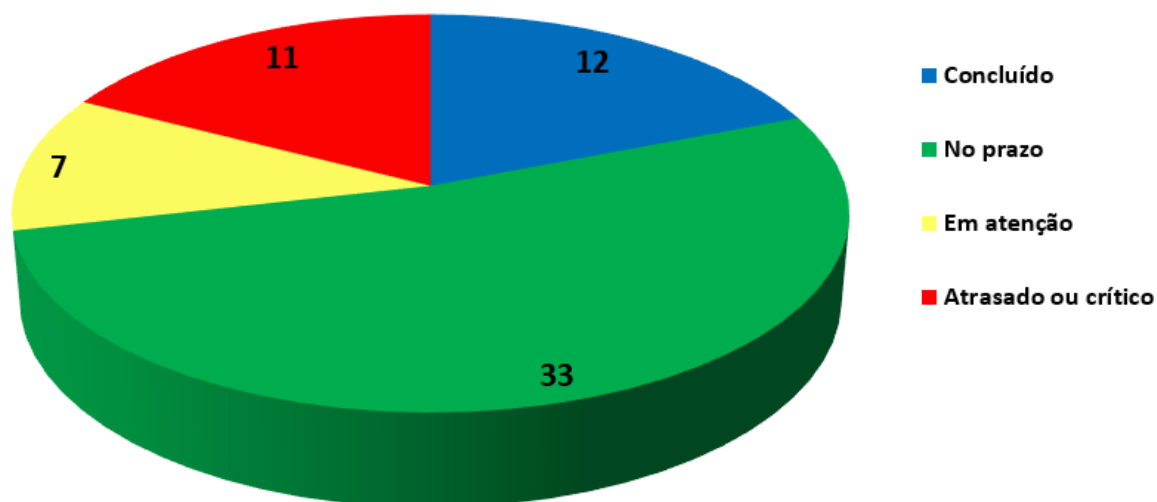


Total: 39

Dos 39, 25 (64,1%) estão cumpridos, 5 (12,8%) estão parcialmente cumpridos, 3 (7,7%) estão não cumpridos, 5 (12,8%) estão fora do período de medição e 1 (2,6%) não foi mensurado.

4. Resultado consolidado dos Projetos Institucionais

Panorama Geral dos Projetos Institucionais Outubro 2025



Total: 63

Dos 63 projetos institucionais, 12 (19%) estão concluídos, 33 (52,4%) estão no prazo, 7 (11,1%) estão em atenção e 11 (17,5%) estão atrasados ou críticos.

5. Considerações sobre os resultados

5.1 Dos objetivos Estratégicos e indicadores

Dos 18 objetivos estratégicos constantes no plano, 11 estão com indicativo de desempenho atingido, 6 parcialmente atingidos e 1 fora do período de medição.

Os objetivos estratégicos são desdobrados em indicadores de desempenho e em projetos institucionais e essa relação é apresentada no painel da estratégia constante no link: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=e1fe48d9-702b-4214-ae1c-a87529c8effc&sheet=f8ff5792-99ee-4608-9eb9-cc3e3e409d9e&lang=pt-BR&opt=ctxmenu.currsel>.

Alguns indicadores ainda não foram mensurados por estarem fora do período de medição. São eles:

1. Indicador 16: Índice de satisfação dos usuários de TIC;
2. Indicador 19: Satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ;
3. Indicador 20: Satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração;
4. Indicador 25: Índice de satisfação dos resultados das ações coordenadas de auditoria;
5. Indicador 30: Índice de Satisfação com a Comunicação Interna.

Alguns indicadores não foram cumpridos. São eles:

1. Indicador 3: Índice de execução do planejamento anual da DAGI;
2. Indicador 31: Índice de capacitação do Poder Judiciário nas competências estratégicas;
3. Indicador 38: Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ.

De janeiro a outubro foram solicitados ajustes nos seguintes indicadores:

- **Indicador 1:** Índice de Cumprimento das Metas Nacionais, que teve ajuste de fórmula e descrição:

a. Fórmula:

$$\frac{\left(\sum_{i=1}^n \frac{\text{Tribunais que cumpriram a Meta Nacional } i}{n} \right)}{n}$$

b. Descrição: Média entre os cumprimentos de cada Meta Nacional no período

- **Indicador 3:** Índice de execução das ações estratégicas da Diretoria-Geral, que teve ajuste no nome, meta e descrição:

a. Nome: Índice de execução do planejamento anual da DAGI

- b. Descrição: O indicador pretende mensurar a execução de todas as ações planejadas pela Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral em um exercício.
 - c. Meta: 80% ao ano
- **Indicador 5:** Índice de monitoramento de indicadores de políticas judiciárias nacionais, que teve ajuste no nome e descrição:
 - a. Nome: Índice de monitoramento de políticas judiciárias nacionais programáticas
 - b. Descrição: Mede o percentual de políticas judiciárias programáticas em execução que possui ao menos um indicador de monitoramento publicado no portal do CNJ. Considera-se política judiciária programática a política instituída por resoluções do CNJ, com uma instância de governança definida, objetivos que possam ser desdobrados em um plano de ação e cujo resultado pode ser acompanhado por um ou mais indicador de monitoramento
- **Indicador 6:** Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais, que teve ajuste no nome e descrição:
 - a. Nome: Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais programáticas
 - b. Descrição: Mede o percentual de políticas judiciárias programáticas que possui planejamento formalizado em sistema de governança de PJNP
- **Indicador 14:** Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os Direitos de Cidadania, que teve ajuste de descrição:
 - a. Descrição: Mede o percentual de implantação de ações relacionadas ao Plano Nacional de Superação do Estado de Coisas Inconstitucional do Sistema Carcerário - Pena Justa
- **Indicador 18:** Índice de Soluções de TIC de alta criticidade com gestão de risco, que teve ajuste de meta para 2025:
 - a. Meta: 100%

Nesta medição de outubro, notou-se alteração nos dados dos indicadores 31 - Índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas e 32 - Índice de Capacitação dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais. Sobre essa alteração, a Escola Nacional do Poder Judiciário – ENAJU informou no despacho 2417585 no processo SEI 02891/2025:

- Destaca-se que, em setembro, foi publicada a Resolução nº 643/2025, transformando o Centro de Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (Ceajud) na Escola Nacional do Judiciário (Enaju). E também foi lançado novo portal de disponibilização de cursos, agora enaju.cnj.jus.br, com uma versão atualizada do *MOODLE*. Assim, tivemos que

realizar a mensuração utilizando dois portais, ambos com atualizações nos relatórios gerados. Embora tenha sido essencial para aprimorar a precisão e confiabilidade, bem como agilidade dos cursos, houve um impacto nas métricas da unidade.

- Acrescenta-se que, nas medições anteriormente realizadas, constou o número de participantes inscritos nos cursos, em vez da quantidade de participantes que efetivamente concluíram as respectivas ações de capacitação. Informe-se, ainda, que os indicadores 31 e 32 solicitam a informação da quantidade de servidores e de gestores capacitados, respectivamente. Para fins de apuração, considera-se servidor capacitado aquele que concluiu o curso com nota de aprovação e se encontra apto à emissão do certificado de conclusão.
- Em função dessa atualização, diversas capacitações que anteriormente eram registradas de forma simplificada puderam ser analisadas detalhadamente, o que resultou em um número menor de registros consolidados no período. A aparente redução no indicador não representa uma diminuição real das ações de desenvolvimento realizadas, mas sim um processo de transição para um modelo de contabilização mais preciso e alinhado às melhores práticas de gestão de capacitação.

5.2. Dos projetos institucionais

Os projetos institucionais são monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos Institucionais-ECP que fornece as informações de evolução para o monitoramento da estratégia. É importante ressaltar que o quantitativo de projetos registrados pelo ECP não será necessariamente o mesmo apresentado pelas seguintes razões:

- i. Para o acompanhamento do desempenho da estratégia só são considerados os projetos que efetivamente tenham resultados apurados;
- ii. Pode haver projetos que compõem indicadores e, nesse caso, eles são apurados dentro do indicador para evitar dupla contagem;
- iii. O ECP atualiza seus números sempre que um novo projeto é cadastrado e o planejamento não adota esta prática e só registra no momento da medição.

Os projetos SNA - Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, e Demandas Complexas foram finalizados pela unidade sem entregar todo o escopo inicialmente definido. Assim, o ECP considerou a situação de “projeto finalizado” em sua planilha. Entretanto, essa condição não tem correspondente na metodologia. Considerando que o projeto tem entregas em produção, e, portanto, gera impactos no resultado da estratégia, decidimos, no âmbito do planejamento estratégico, registrá-lo como concluído. Nossa visão é que houve uma redução de escopo e, nessa redução, foram feitas as entregas previstas.

O ECP informa que estão em fase de transição da ferramenta do acompanhamento dos projetos institucionais e do registro da base de dados para a ferramenta PWA, e é possível que ocorram algumas inconsistências nas informações do período. Registra-se, ainda, que, por ser uma fase de transição, estão analisando o registro dos dados para identificar as necessidades de correções.

ANEXO I

Informações adicionais sobre os indicadores

Neste item, são apresentadas informações relevantes para acompanhamento e entendimento de alguns indicadores que não são disponibilizadas no painel da estratégia.

- a) **Indicador 4:** Índice de realização de pesquisas

Unidade responsável: Departamento de Pesquisas Judiciárias

Planejamento de relatórios de pesquisas e painéis para 2025	
1	Atuação das equipes multidisciplinares no Poder Judiciário – Interna
2	Relatório sobre Justiça Restaurativa – Interna
3	Pesquisa sobre NatJus e Saúde Suplementar – PNUD
4	Atualização do estudo sobre "Avaliação sobre a aplicação das Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha" – Interna
5	Rota crítica das magistradas, servidoras e colaboradoras do Poder Judiciário vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher – Interna
6	Diagnóstico sobre Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência nos órgãos do Poder Judiciário
7	Pesquisa Litigância contra o Poder Público – USP
8	Relatório "O processamento de casos de assédio na Justiça brasileira" IPEA
9	Novo Painel das Semanas Justiça pela Paz em Casa
10	Painel violência contra a mulher
11	Painel da PGFN
12	Caminhos da tortura na Justiça juvenil brasileira : o papel do Poder Judiciário
13	Relatório Justiça em Números 2025
14	9º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário

- b) **Indicador 10:** Índice de divulgação das informações primárias de pesquisa em formato aberto e não proprietário

Unidade responsável: Departamento de Pesquisas Judiciárias

Pesquisas a serem publicadas em 2025
Atuação das equipes multidisciplinares no Poder Judiciário - Interna
Relatório sobre Justiça Restaurativa - Interna
Diagnóstico sobre Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência nos órgãos do Poder Judiciário
Relatório Justiça em Números 2025
9º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário

- c) **Indicador 11:** Índice de implementação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correições

Unidade responsável: Corregedoria Nacional de Justiça

Ações/projetos que compõem o indicador

- Sistema de automatização das informações visando otimizar o processo de coleta, análise dos dados e resultados de uma inspeção;
- Atualizar a Portaria que trata do manual de Correição e Inspeção

- d) **Indicador 13:** Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais

Unidade responsável: Corregedoria Nacional de Justiça

Ações/projetos que compõem o indicador

- Exame Nacional dos Cartórios – Enac
- Programa Solo Seguro
- Programa Registre-se
- Acordos e Instrumentos de Cooperação Técnica
- Edição de Normativos
- Projetos e Outras Iniciativas

- e) **Indicador 14:** Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os Direitos de Cidadania.

Unidade responsável: Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativa

Ações/projetos que compõem o indicador em 2025

- Implementação de 27 Comitês de Política Penal;
- Realização de 4 encontros nacionais junto aos CPPs;
- Realização de 4 reuniões com Sistema de Justiça;
- Realização de 4 reuniões do Comitê Nacional de Política Penais;
- Realização de 4 reuniões com demais Atores Nacionais do Pena Justa;
- Elaboração de Metodologia de Monitoramento do Pena Justa;
- Entrega do 1º Relatório de Monitoramento do Pena Justa.

CPPs: são os Comitês de Políticas Penais, que correspondem às instâncias de governança locais dos planos estaduais e plano distrital Pena Justa, de acordo com a decisão da suprema corte.

Comitê Nacional - Comitê de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional do Sistema Prisional brasileiro, instaurado pela Portaria Conjunta MJSP/CNJ n. 8/2024.

f) **Indicador 26:** Índice de melhorias implementadas em processos prioritários.

Unidade Responsável: Departamento de Gestão Estratégica

Ações previstas para 2025

Ações/Etapas
Macroprocesso: Acompanhar e fiscalizar o Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas
Revisão e mapeamento de novos processos da Seção de Expedientes do DMF
Análise e propostas de melhorias dos processos do DMF
Macroprocesso: Gerir Políticas Judiciárias
Mapear e elaborar os fluxos dos principais processos de trabalho da COPJ
Criar um <i>planner</i> no Office 365 com todas as atividades da COPJ, para a promoção de um ambiente mais organizado e funcional
Gerenciar entrega do sistema de Governança de PJNP, junto ao DTI e Presidência
Realizar 2 capacitações em Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas (PJNP)
Promover melhorias no Painel de Políticas Judiciárias Nacionais Programáticas
Elaborar Pareceres sobre os resultados das Políticas a cada troca de gestão.
Realizar 2 Reuniões de Acompanhamento de Políticas Judiciárias (RAP).
Macroprocesso: Expedir e Acompanhar o Cumprimento de Ato Normativo para o Judiciário
Revisão e mapeamento de processos de Acompanhamento do cumprimento de Resoluções
Macroprocesso: Promover ações de cidadania
Mapeamento dos processos de trabalho de acessibilidade e inclusão
Acompanhamento de pessoas com deficiência e gestores para promoção da cultura institucional de acessibilidade e inclusão
Promover estudos e elaboração de projetos de capacitação em acessibilidade e inclusão
Macroprocesso: Promover a comunicação institucional e a interlocução entre os órgãos do Poder Judiciário
Criar e implementar box explicativo para expressões jurídicas nas matérias produzidas para o site e em vídeos das sessões plenárias
Mapeamento e revisão dos processos das unidades
Macroprocesso: Promover estudos e diagnósticos do PJ
Airflow – ferramenta de código aberto para automatizar, agendar e monitorar fluxos de trabalho de dados
Eliminação de coleta manual dos resultados da semana da Justiça pela paz em casa, com centralização dos dados via DataJud

Macroprocesso: Coordenar ações de segurança do PJ com vistas à integração e cooperação mútua
Coordenar a definição e a implantação do sistema informatizado de inteligência do PJ
Propor o Projeto Estratégico “Polícia Judicial Amiga dos Povos Originários”
Propor o Projeto Estratégico “Polícia Judicial Amiga das Pessoas em Situação de Rua”
Apresentar a Doutrina Técnico-Normativa da Polícia Judicial
Apresentar a Reformulação da Política Nacional e dos Sistemas de Segurança e de Inteligência do Poder Judiciário
Prover o Apeelamento e a Estruturação da Academia Nacional de Polícia Judicial (ANPJ)
Apresentar a Matriz Curricular Nacional dos Cargos Vinculados à Polícia Judicial e o Projeto Pedagógico da Academia Nacional de Polícia Judicial (ANPJ)
Propor a Modernização dos Sistemas de Segurança Predial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
Apresentar a Atualização do Plano de Segurança Orgânica do Conselho Nacional de Justiça (PSO/CNJ)
Macroprocesso: Auditoria
Reestruturar a área para atender determinação do TCU sobre Relatório de Contas
Revisar e mapear os processos para melhor atender a nova estrutura
Macroprocesso: Gestão de Pessoas
Mapeamento e revisão dos processos das unidades

- g) **Indicador 40:** Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam a Política de Soluções Alternativas de Conflitos.

Unidade Responsável: Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos

Ações/projetos que compõem o indicador

- Prêmio Conciliar é Legal;
- Semana da Conciliação;
- Capacitação em mediação e Conciliação.

ANEXO II

Relação entre Objetivos Estratégicos e Projetos Institucionais

Neste anexo são listados os Projetos Institucionais e os objetivos estratégicos a que estão relacionados na medição corrente, observadas as ressalvas já feitas no item 5.2 do relatório. Informações mais detalhadas podem ser acessadas no painel da estratégica.

I - Desenvolver políticas judiciárias e outros instrumentos para o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e dos seus serviços auxiliares e dos serviços notariais e de registro, e dos demais órgãos correicionais
6ª edição da Série Justiça e pesquisa
Painel dos Grandes Litigantes
Portal de serviços
7ª edição da Série Justiça e pesquisa - exercício 2024/2025
2º edital da 7ª edição da Série Justiça e pesquisa - exercício 2024/2025
Mapa Nacional do Tribunal do Júri
Desenvolvimento do módulo de Sessão de Julgamento (PDPJ-Br)
Programa Nacional de Promoção da Equidade Racial do Poder Judiciário
II - Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento de Políticas Judiciárias
Painel "Justiça Criminal e Sistema Prisional"
Sirenejud 2.0 – Evoluções
Integra - Serviço de Monitoramento do Atos Normativos do CNJ
III - Fomentar a gestão da qualidade dos dados no Poder Judiciário
Painel de Estatística - Justiça 4.0
Qualificação de Dados
Painel do Programa Desjudicializa
Data Lake - Melhorias Evolutivas e Corretivas
Painel da Fazenda Nacional
Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ e para Justiça Federal (cursos, capacitações, metodologias e ferramentas avançados) – Ciclo Avançado
Pesquisa IA 2024 - Mapeamento dos projetos de IA em desenvolvimento pelos tribunais brasileiros
V - Aprimorar as inspeções e correições
Desenvolvimento de um Conjunto de Solução em Gestão de Dados para a Corregedoria Nacional de Justiça
VII - Fomentar e fortalecer a atuação interinstitucional do CNJ para garantir os direitos dos cidadãos
Prevjud - Automação de Processos Previdenciários - Justiça 4.0

Demandas Complexas
Consulta Nacional de Pessoas (FAC Nacional)
Nacionalização SAREF - Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial
SisPreq – Sistema de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor
Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal - 1a Edição de 2024 - Humaitá e Lábrea/AM
SISPERJUD
BNMP – Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões – Melhorias Evolutivas
Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal – Edição de 2025 – Boca do Acre (AM) e Xapuri (AC)
FONAR - Formulário Nacional de Avaliação de Risco e Formulário Rogéria
Fonajus itinerante
Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos - 2a fase
Inspeção judicial
Enfrentamento da tortura
Articulação Internacional e Proteção dos Direitos Humanos
Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
Central de Regulação de Vagas (sistema penal)
Ação Nacional de Trabalho e Renda
Plano Nacional De Fomento ao Esporte e Lazer (sistema penal)
Programa Novos Caminhos
IX - Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital
SNGB – Melhorias Evolutivas
SPVATJUD
SNA - Novo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento
Serviços Estruturantes - Melhorias evolutivas e corretivas
Domicílio Judicial Eletrônico - melhorias evolutivas
CODEX - Melhorias Evolutivas e Corretivas
API de pessoas
Gestão de clientes
e-NatJus 4.0
Mineração de processos do PJE
Conecta
IA para gestão de precedentes qualificados
Apoio a implantação de soluções da PDPJ-Br
X - Aprimorar a governança e a gestão da tecnologia e comunicação sob a ótica de soluções colaborativas
Phase-out:Transição projetos x operação
XII - Promover práticas inovadoras de gestão e de incentivo ao trabalho colaborativo

Projeto Piloto – Rede de Apoio para Avaliação Externa, com base no IA-CM
XIII - Estimular a desburocratização no Poder Judiciário
Gabinete do Juízo
BNP – Pangea
Fluxo Nacional Automatizado das Execuções Fiscais
Sniper BC
XIV - Impulsionar a implantação e a gestão das Políticas de Sustentabilidade e Acessibilidade
Programa de Acessibilidade e Inclusão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
Polícia Judicial Amiga dos Autistas
XV - Estimular a comunicação ao cidadão, a integração e a colaboração no âmbito do Poder Judiciário
Portal JusBr
XVI - Aperfeiçoar políticas e práticas de gestão de pessoas
Capacitação técnica para desenvolvedores nas tecnologias da PDPJ - BR
Escola Virtual do Poder Judiciário